



COMBATE AO CRIME PODE SER FEITO SEM TIRO, DIZ SECRETÁRIO DA RECEITA SOBRE CONROLE DAS FRONTEIRAS

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou na sexta-feira (31) que nenhum tiro foi disparado na operação de vigilância em pontos de fronteira que resultou em 27 prisões em flagrante.

A declaração do integrante da equipe econômica foi dada três dias após a ação policial mais letal da história brasileira, ocorrida no Rio de Janeiro, com 121 mortos.

"O trabalho de combate à organização criminosa pode ser feito com inteligência, pode ser feito sem o disparo de um único tiro. É importante que a gente não desista de enfrentar o crime com inteligência, com cooperação", afirmou.

A fala de Barreirinhas ecoa o discurso do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que cobrou cooperação do governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), para asfixiar o financiamento do crime organizado. Um dia após a operação no estado, o ministro afirmou que o governo fluminense tinha feito praticamente nada em relação ao crime e que deveria ajudar a Receita a combater o "andar de cima".

Em declarações a jornalistas, Castro cobrou ajuda do governo federal e disse que solicitações de envio de blindados das Forças Armadas foram negadas. "É o Rio de Janeiro sozinho", afirmou. Depois da troca de acusações, o governador anunciou um acordo com o governo do presidente

Lula (PT) para instalar um escritório emergencial de enfrentamento ao crime organizado em território fluminense.

Para Barreirinhas, o combate às organizações criminosas será efetivo se houver cooperação entre órgãos e entes da federação. "A preparação que se faz é um trabalho de inteligência, um trabalho prévio em que a gente já vai direcionado para o alvo, inclusive evitando que haja confronto direto nas operações."

A Operação Fronteira da Receita Federal, encerrada nesta sexta, registrou R\$ 160 milhões em mercadorias apreendidas, além de 3,5 toneladas de drogas e 215 mil litros de bebidas destiladas adulteradas.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Brasil conta com reunião para negociar tarifaço em Washington na semana que vem ou na próxima

Haddad a governadores: Combate ao crime falhará se não atingir financiador

Lula convoca reunião para fechar PL Antifacção

Desemprego fica em 5,6% até setembro, menor taxa da série histórica



CDI é tão seguro quanto parece? CIO da XP alerta para riscos escondidos



NO MUNDO

Trump não descarta explodir ogiva nuclear em teste

O presidente Donald Trump não descartou que a retomada dos testes com armas nucleares dos Estados Unidos inclua a detonação subterrânea de uma ogiva atômica, algo que o país parou de fazer há 33 anos.

Falando a jornalistas no Air Force One nesta sexta-feira (31), o americano voltou a jogar na confusão, dois dias após ter dito que iria retomar testes com essas armas de destruição em massa em resposta aos recentes ensaios de novos armamentos russos e ao crescimento do arsenal chinês.

Como não ficou claro se ele falava em testar mísseis desarmados, por exemplo, ele foi questionado se seu anúncio na visita à Coreia do Sul incluía a explosão de um artefato nuclear. "Você vai descobrir logo, mas nós vamos ter que fazer algum teste", disse, com a usual imprecisão.



"Outros países fazem. Se eles estão fazendo, nós vamos fazer, OK?", completou. O mais recente teste nuclear conhecido de uma das nove potências atômicas do mundo ocorreu em 2017, na Coreia do Norte.

Os testes feitos pela Rússia, anunciados com pompa pelo presidente Vladimir Putin, foram de duas novas armas capazes de transportar ogivas atômicas que são movidas por reatores nucleares miniaturizados, o que lhes dá autonomia quase ilimitada.

São elas o torpedo autônomo Poseidon e o míssil de cruzeiro Burevestnik. Como

não foram apresentadas imagens ou dados dos testes, especialistas no setor receberam o sucesso dos ensaios com ceticismo, mas bem mais moderado do que quando Putin anunciou que as produziria, no famoso discurso das "armas invencíveis" de 2018. Após os anúncios de Putin, Trump retomou o tema. O Kremlin reagiu dizendo o óbvio, que não havia explodido nenhuma bomba, mas voltou a dizer que o faria se os EUA o fizessem, dando início a uma marcha da insensatez retórica, agora reforçada pelo americano novamente.

Igor Gielow/Folhapress

Número de mortos pelo furacão Melissa no Caribe sobe para 50

O número de mortos pelo furacão Melissa subiu para 50, segundo balanços oficiais divulgados nesta sexta-feira (31), enquanto continuava avançando pela região das Bermudas, com ventos máximos de 155 km/h. A tempestade, porém, perdeu força. Segundo o Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos (NHC, na sigla em inglês), o fenômeno deve se transformar em ciclone extratropical.

No Haiti, o balanço de vítimas subiu para 31, com outras 20 pessoas ainda desaparecidas. Do total de mortes, dez eram crianças. O país, o mais populoso do Caribe, não foi atingido diretamente, mas sofreu dias de chuvas torrenciais com a passagem do furacão.

A maioria dos óbitos ocorreu em Petit-Goâve, uma cidade costeira a 64 km a oeste da capital, onde um rio transbordou, arrastando

casas e destruindo estradas e plantações.

Na Jamaica, o número de mortes foi de 5 para 19, segundo o governo. Os trabalhos de busca e de resgate continuam. Centenas de estradas foram bloqueadas por quedas de árvores e postes, deixando áreas inteiras isoladas.

O Exército jamaicano convocou reservistas para atuar nas operações para limpar as vias e alcançar pessoas nessas regiões pouco acessíveis. Mais de 70% da população ficou sem luz elétrica, segundo o ministro de Energia, Daryl Vaz.

A capital, Kingston, foi poupada dos piores danos, e o principal aeroporto internacional reabriu para permitir o pouso de voos com ajuda humanitária. Autoridades disseram que algumas cidades estavam submersas.

Folhapress

Presidente de Taiwan reage à China e promete aumentar investimento em Defesa para que ilha não seja anexada



O presidente de Taiwan, Lai Ching-te, reagiu à China e voltou a afirmar nesta sexta (31) que o seu governo rejeita o modelo de "um país, dois sistemas" proposto por Pequim. Ele ainda prometeu aumentar os gastos militares e disse que Taipé deve preservar a liberdade e a democracia, além de manter a determinação de se defender. As declarações foram respostas à nova ofensiva chinesa para trazer a ilha sob seu controle.

Nesta semana, a liderança da China disse que "não descartará absolutamente" o uso da força para unificar Taiwan, em contraste com artigos recentes publicados pela mídia estatal que apre-

sentaram propostas à ilha semelhantes ao aplicado em Hong Kong e Macau, regiões chinesas com grau limitado de autonomia.

Durante visita à base militar de Hukou, no norte de Taiwan, o presidente Lai, considerado por Pequim um separatista, discursou a soldados e enfatizou que apenas a força pode garantir uma paz verdadeira.

"Aceitar as reivindicações do agressor e abrir mão da soberania certamente não trará paz. Devemos manter o status quo com dignidade e determinação, opondo-nos firmemente à anexação, à agressão e à unificação forçada", afirmou ele.

Lai reforçou que Taiwan rejeita o modelo chinês

porque "preservará para sempre seu sistema constitucional livre e democrático". Ele também disse que a República da China (nome oficial de Taiwan) e a República Popular da China "não são subordinadas uma à outra" e que "a soberania taiwanesa não pode ser violada nem anexada". Segundo ele, o futuro da ilha deve ser decidido apenas por seus cidadãos.

Nenhum grande partido político em Taiwan apoia a proposta de "um país, dois sistemas". Para o presidente, a defesa da soberania e da democracia não deve ser vista como provocação. "Investir na defesa nacional é investir na paz", acrescentou.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Brasil conta com reunião para negociar tarifaço em Washington na semana que vem ou na próxima



O governo brasileiro acredita que a primeira reunião de negociação do tarifaço deve ocorrer na semana que vem ou, no máximo, na próxima, em Washington, com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin e dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O Planalto está preparado para acionar os três a qualquer momento, mesmo durante a COP em Belém, para que eles se reúnam com seus contrapartes americanos: o secretário de Estado, Marco Rubio, e do Tesouro, Scott Bessent, além do representante de Comércio da Casa Branca, Jamieson Greer.

Na reunião, a expectativa é que as autoridades dos Estados Unidos apresentem suas demandas para reduzir as tarifas de 40% impostas sobre os produtos brasileiros. Não se espera que os 10% de tarifa que são impostos sobre produtos de todos os países estejam em jogo.

A aposta é que minerais críticos e regulação de big techs façam parte da negociação de alguma maneira, mas os assuntos não foram mencionados nem na reunião entre Trump e Lula em Kuala Lumpur, nem no encontro do dia seguinte, entre Bessent, Rubio, Greer, o assessor-adjunto da assessoria internacional do Planalto, Audo Faleiro, e Mauro Vieira.

O Brasil considera reduzir tarifas sobre o etanol americano em troca de diminuição nas taxas sobre café e carnes brasileiros.

A visão é que os americanos vão querer extrair benefícios do governo brasileiro para tirar as tarifas, os "bodes da sala", e poderem cantar vitória.

Qualquer pressão para que o Brasil se afaste da China, a exemplo do que os EUA fizeram com a Argentina para conceder ajuda financeira ao governo Milei, será rechaçada, segundo informou um alto funcionário do governo.

O tema Jair Bolsonaro está totalmente descartado, e tampouco foi mencionado nas reuniões na Malásia.

Folhapress

Receita exige informações de beneficiários finais de fundos e trusts

A Receita Federal publicou Instrução Normativa ampliando o rol de informações sobre beneficiários finais de fundos que deverão ser informados mensalmente ao Fisco. De acordo com o texto, publicado no Diário Oficial da União (DOU), "os administradores de clube ou fundo de investimento e as instituições financeiras que atuam como distribuidoras de cotas de fundos de investimento por conta e ordem de seus clientes" deverão apresentar o Formulário Digital de Beneficiários Finais (e-BEF).

Em relação ao clube ou fundo de investimento, suas classes e subclasses, a Receita exige identificação, com número de inscrição no CNPJ; patrimônio líquido; quantidade de cotas; e quantidade de cotistas.

Sobre os cotistas, a informações devem incluir identificação do cotista e do respectivo distribuidor por conta e ordem; classificação do cotista; tipo de cota; e quantidade de cotas do cotista.

"São obrigadas a prestar informações sobre benefici-

ários finais as entidades ou arranjos legais (trusts) domiciliados no exterior que sejam titulares de direitos, exerçam atividade ou pratiquem ato ou negócio jurídico no País para os quais seja obrigatória a inscrição no CNPJ", completa a Instrução Normativa 2.290.

No fim de agosto, em nota sobre a Operação Carbono Oculto, a Receita Federal destacou que o dinheiro de origem ilícita era reinvestido em negócios, propriedades e outros investimentos através de fundos de investimentos que recebiam recursos de fintechs, dificultando sua rastreabilidade e dando a ele uma aparência de legalidade.

"Os indícios apontam que esses fundos são utilizados como um mercado de ocultação e blindagem patrimonial e sugerem que as administradoras dos fundos estavam cientes e contribuíram para o esquema, inclusive não cumprindo obrigações com a Receita Federal, de forma que sua movimentação e a de seus cotistas fossem ocultadas da fiscalização", disse o Fisco, na ocasião.

IstoÉDinheiro

Desemprego fica em 5,6% até setembro, menor taxa da série histórica



A taxa de desemprego do Brasil foi de 5,6% no trimestre até setembro, levemente abaixo do patamar de 5,8% registrado nos três meses encerrados em junho, que servem de base de comparação.

Com o resultado, o indicador voltou a marcar o menor nível da série histórica iniciada em 2012, de acordo com os dados divulgados nesta sexta (31) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A mínima de 5,6% já havia sido verificada nos trimestres até julho e agosto de 2025. O IBGE, contudo, evita a comparação direta

entre intervalos com meses repetidos, como é o caso dos finalizados em julho, agosto e setembro.

O novo resultado ficou praticamente em linha com a mediana das projeções do mercado financeiro, que estava em 5,5%, conforme a agência Bloomberg.

Os dados do IBGE integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). O levantamento investiga tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal.

A coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, foi questionada por jornalistas se a marca de 5,6% seria

uma espécie de piso para o desemprego, já que a taxa não conseguiu ficar abaixo desse nível até o momento.

A pesquisadora evitou fazer essa leitura. "É muito prematuro afirmar isso a essa altura do campeonato", disse. "Tem algumas mobilizações setoriais para dar conta de uma demanda de consumo que ainda virá", acrescentou.

A fala da técnica é uma referência ao período de final de ano, que costuma mostrar queda no desemprego.

O economista Igor Cadihac, do PicPay, prevê taxa de 5,5% ao final de 2025.

Folhapress

POLÍTICA

Haddad a governadores: Combate ao crime falhará se não atingir financiador



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, em entrevista a jornalistas nesta sexta-feira (31), que vem indicando a governadores estaduais que o combate ao crime organizado “não vai dar certo” se os órgãos de segurança não alcançarem seus financiadores.

“A gente tem falado muito para os governadores que, além da questão territorial, além de cumprir mandado de prisão, tudo isso é importante, mas se não asfixiar o financiamento do crime organizado, não vai dar certo. Temos que entrar por cima combatendo o financiamento”, disse.

Na entrevista, Haddad pediu que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), apoie o projeto

de lei do devedor contumaz — que aperta regras contra empresas que de forma deliberada sonegam impostos para obter lucro.

Haddad cobrou o governador carioca de mobilizar a bancada do seu partido e estado em apoio ao tema. A urgência do texto foi aprovada na Câmara dos Deputados na quinta-feira (30). Segundo o ministro, parcela relevante das bancadas do PL e do Rio teriam votado contra o projeto por orientação do governador.

“Por trás do devedor, está o crime organizado. É muito importante que o partido não vote contra o devedor contumaz, como fez nesta semana. Uma boa parte do crime organizado do Rio está se escondendo por trás dessas manobras

tributárias que esta lei visa coibir”, disse. O petista ainda respondeu a críticas recentes do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), sobre as forças de segurança federais falharem em sua atuação na fronteira. O ministro mencionou operação da Receita nas fronteiras finalizada nesta sexta, que apreendeu cerca de R\$ 160 milhões em mercadorias ilegais.

“Fazendo referência a uma fala do governador Caiado: estamos, sim atuando na fronteira. O estado dele nem é de fronteira. Nos últimos 15 dias, fizemos uma operação de fronteira. Prendemos 27 pessoas e aprendemos 213 mil litros de bebida adulterada e 3,5 toneladas de droga”, disse.

CNN

Castro deve receber Moraes no Centro Integrado de Comando e Controle, no RJ

Na próxima segunda-feira (3), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, viaja até o Rio de Janeiro para conduzir uma audiência com o governador do estado Cláudio Castro (PL). Segundo apurou a CNN, o encontro vai acontecer no CICC (Centro Integrado de Comando e Controle).

Na audiência, Castro deve esclarecer ao ministro se foram cumpridas as determinações judiciais nas operações nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou 121 mortos na terça-feira (28).

Na quinta-feira (30), deputados de oposição foram ao Rio de Janeiro e se reuniram com a cúpula de segurança pública do estado e com o próprio

governador Cláudio Castro “para observar o cenário de guerra civil”.

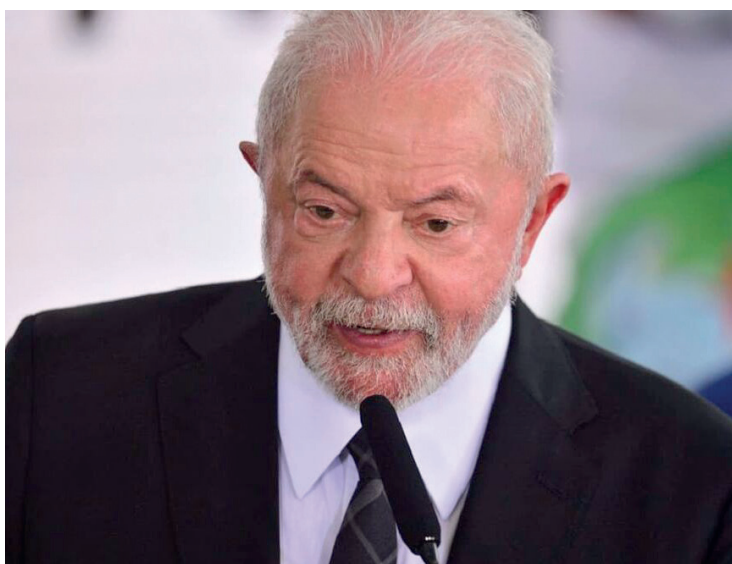
Nesta reunião com os parlamentares, Castro explicou que a escolha por receber Moraes no CICC, e não no Palácio da Guanabara, se dá pelo fato de que, segundo o governador, o encontro com o ministro é “técnico” e não “político”.

Na decisão do ministro, não ficou definido o local específico do encontro na capital fluminense. A audiência acontece na segunda-feira (3), às 11h. Além da presença de Castro, Moraes intimou também o Secretário de Segurança Pública do Estado, o Comandante da Polícia Militar, o Delegado-Geral da Polícia Civil e o Diretor da Superintendência-Geral de Polícia Técnico Científica.

CNN



Lula convoca reunião para fechar PL Antifacção



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convocou para a tarde desta sexta-feira (31) uma reunião para tratar do projeto de lei “antifacção” - que prevê mudanças nas normas penais. A proposta deve ser enviada à Câmara nos próximos dias.

Participam do encontro os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública), José Múcio (Defesa), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social). A ideia é transformar o projeto em uma vitrine eleitoral da atual gestão no combate às facções criminosas.

A pauta da segurança

pública é apontada pelas pesquisas eleitorais como uma das que mais preocupa o eleitorado brasileiro e costuma ser associada à direita, não à esquerda.

A estratégia por celeridade ocorre após o presidente ter cometido uma gafe durante agenda na Malásia, onde Lula disse que os traficantes eram vítimas dos usuários de drogas. Após a declaração, o presidente se desculpou e reconheceu o erro.

No Palácio do Planalto, a avaliação é de que a proposição se transformou em uma espécie de vacina caso o conteúdo seja explorado na campanha eleitoral.

O PL Antifacção está em fase final de análise na Casa Civil. Ele prevê extensa

mudança nas leis que regem as normas penais no Brasil, como a Lei de Execuções Penais e a Lei de Organizações Criminosas.

Um dos pontos é a criação de empresas jurídicas fictícias para infiltração no crime organizado com objetivo de coletar informações em relação ao fluxo operacional da facção alvo da investigação.

A proposta também propõe o monitoramento de conversas entre presos e advogados. Isso já existe nos cinco presídios federais do Brasil, mas a ideia é ampliar a todas as penitenciárias do país quando houver indício de envolvimento de crime das lideranças repassando informações para fora da prisão.

CNN

INVESTIMENTOS

CDI é tão seguro quanto parece? CIO da XP alerta para riscos escondidos



Com a Selic estacionada em 15% e o mercado à espera de um novo sinal do Copom na próxima semana, a renda fixa é ainda o centro das atenções dos investidores. Mas, para Artur Wichmann, CIO da XP e presidente do comitê de alocação da XP Advisory, a sensação de segurança que o CDI transmite pode ser uma armadilha.

Durante evento “Café alocação e fundos” da XP, o executivo fez um alerta: o CDI — referência para boa parte das aplicações em renda fixa — não é o ativo livre de risco que muitos imaginam. “Seria falsidade intelectual dizer que ele não é atraente. Mas o CDI não é o que o muitos pensam que ele é”, disse.

Segundo Wichmann,

o investidor que acredita estar totalmente protegido pode estar ignorando o impacto da inflação sobre o poder de compra. “Você sabia que já levou um calote de 15% no CDI e nem percebeu?”, provocou.

O CIO da XP relembrou que, nas duas crises mais recentes, o CDI não cumpriu seu papel de proteção. Durante a pandemia, por exemplo, a taxa ficou em torno de 2%, enquanto a inflação chegou a 10%. “Foi um calote de oito pontos percentuais”, disse. No segundo ano da crise, a diferença foi de mais quatro.

Outro exemplo citado por ele foi o período de 2015 e 2016, quando o governo reduziu os juros para 7,25% mesmo com a inflação acima de 10%.

“Nas duas maiores crises dos últimos dez anos, o CDI não protegeu”, pontuou Wichmann. Apesar disso, o CIO da XP reconhece a importância do CDI como parte da estratégia de investimento, mas defende que ele não deve dominar o portfólio.

“O CDI é atraente e deve estar na carteira, mas não pode ser 100% dela. Um ativo livre de risco é aquele que te protege no momento de risco — e o CDI, nos últimos grandes choques, não fez isso”, diz.

Enquanto governos ampliam déficits e bancos centrais seguem imprimindo dinheiro, para Wichmann, um novo risco começa a se desenhar no horizonte global, um desequilíbrio estrutural entre ativos reais e financeiros.

Infomoney

Sem entrada e nem financiamento: como juntar R\$ 180 mil para comprar um carro?

Um planejamento de médio prazo se faz necessário para o consumidor que está sonhando com um bom carro novo, mas não tem um veículo usado ou qualquer valor para usar como entrada e, sobretudo, não quer entrar em um financiamento — já que o preço médio de um veículo novo ultrapassou R\$ 150 mil em 2025.

Pensando em aproveitar a rentabilidade elevada dos produtos de renda fixa — levando em conta a Selic em 15% e o IPCA em 5,67% — Jeff Patzlaff, planejador financeiro CFP e especialista em investimentos, montou simulações de aportes no Tesouro Selic, Tesouro IPCA+ e Tesouro Prefixado para juntar R\$ 180 mil — que, descontando o Imposto

de Renda, possibilitariam a compra à vista de veículos com preço médio entre R\$ 160 mil e R\$ 170 mil.

Para adquirir o veículo em cinco anos, o investimento mensal necessário, considerando uma rentabilidade média de 1% ao mês, é de aproximadamente R\$ 2.100. Se o horizonte for estendido para dez anos, o valor mensal pode cair para cerca de R\$ 700.

Segundo Jeff Patzlaff, o Tesouro Direto é uma excelente base para quem quer investir com segurança e previsibilidade, especialmente em um cenário de juros altos como o atual. “Os títulos do Tesouro, como o Tesouro Selic e o Tesouro IPCA+, oferecem retornos atrativos e são investimentos acessíveis e seguros”, explica.

Infomoney



Bitcoin quebra tradição e recua em outubro; o que esperar de novembro?



O mês de outubro, historicamente conhecido como um período de fortes altas no mercado de criptomoedas, terminou em 2025 com desempenho abaixo das expectativas. O Bitcoin (BTC), principal ativo digital do mundo, encerra o mês cotado abaixo de US\$ 110.000, acumulando queda de cerca de 7% nos últimos 30 dias.

A correção interrompeu a sequência de nove anos em que outubro foi, em média, o mês mais lucrativo para o Bitcoin, um fenômeno conhecido como “Uptober”. Desta vez, o movimento foi travado por pressões macroeconômicas e saídas expressivas de

capital dos ETFs de criptos.

O mau humor dos investidores veio após uma venda generalizada nas bolsas americanas, motivada pelos anúncios de novos investimentos bilionários em inteligência artificial por Meta (META) e Microsoft (MSFT). A leitura do mercado foi de excesso de gastos e pressão sobre margens corporativas, o que contaminou ativos de risco em geral, incluindo criptoativos.

O movimento coincidiu com uma reversão no fluxo dos ETFs: os fundos de Bitcoin registraram saídas líquidas de US\$ 600 milhões na semana final de outubro, enquanto os de Ethereum

(ETH) perderam US\$ 184 milhões, segundo a SoSo-Value.

No campo das expectativas, a ferramenta FedWatch da CME aponta para 65% de chance de mais um corte de juros nos EUA este ano, contra mais de 90% uma semana antes, reduzindo a perspectiva de afrouxamento monetário que vinha sustentando parte da narrativa pró-risco desde agosto.

A Coinglass registrou US\$ 879 milhões em liquidações em 24 horas no fim de outubro, com 86% das perdas em posições compradas, e o índice de Medo e Ganância mergulhou mais fundo na zona de “medo”.

Infomoney

PUBLICIDADE LEGAL

Cyola Indústria e Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

CNPJ/MF nº 33.504.355/0001-77 – NIRE 35.231.695.364
Instrumento Particular 30 de outubro de 2025

Em 30/10/2025, às 10h00, na sede social da **Cyola Indústria e Comércio de Materiais Elétricos Ltda.**, localizada na Rua Taiwan nº 120 – Santa Inês II, São José dos Campos-SP CEP: 12248-193 (“Sociedade”). Pelo presente instrumento particular, a parte abaixo qualificada: **(A) Ricardo Caetano de Souza**, CPF nº 266.232.988-27, RG 28.193.910-X SSP/SP. Único sócio, titular de quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade, resolve: Aprovar, na presente data, a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, pela Sociedade, no valor de até R\$ 100.000.000,00, sobre o qual incidirão juros remuneratórios correspondentes a 3,50% ao mês, com prazo de vencimento de 45 dias, contados da Data de Emissão das Notas Comerciais Escriturais (sendo cada uma delas, uma “Data de Vencimento”), nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26/08/2021, as quais serão objeto de distribuição privada, com a outorga de alienação fiduciária, em favor dos titulares, sobre 250 mil toneladas de cobre de sua propriedade conforme as seguintes especificações: Tipo de Cobre: Catodo e Tubo de Cobre, local da armazenagem: Rua Taiwan nº120 – Santa Inês II, São José dos Campos-SP CEP: 12248-193, valor estimado R\$ 200.000.000,00. Assina digitalmente o presente ato, para fins de registro, o sócio Ricardo Caetano de Souza. São José dos Campos-SP, 30/10/2025.

Cooper Sup Cooperativa de Produtos Agrícolas Importação e Exportação

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Cooperados convocados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária da Cooper Sup Cooperativa de Produtos Agrícolas Importação e Exportação, CNPJ/MF nº 28.028.882/0001-12, a realizar-se em sua sede social à Av. Dr. Fernando Arens, 1000, sala 07, Centro, Artur Nogueira/SP, no dia 14 de novembro de 2025, às 10:00 horas, em primeira convocação, com dois terços dos cooperados, e às 10:30 horas, em segunda convocação com a presença de metade mais um dos cooperados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Eleição da nova Diretoria; **2.** Eleição do Conselho/Suplentes; **3.** Demissão/Admissão de Cooperados; **4.** Demais assuntos pertinentes a Cooperativa. Artur Nogueira/SP 14 de novembro de 2025. **Walber Fernando Rodrigues de Souza – Diretor Presidente.**

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. (“Companhia”)** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 07 dias de novembro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** o exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; e **(ii)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 30 de outubro de 2025. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (31/10, 01 e 04/11/2025)

Grupo Toky S.A.

(anteriormente Denominada Mobly S.A.)

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira)

Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Séries única, para Colocação Privada, do Grupo Toky S.A. (Anteriormente Denominada Mobly S.A.)

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor (“**Resolução CVM 81**”), ficam os titulares das debêntures em circulação (“**Debenturistas**”) objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, do **Grupo Toky S.A. (Anteriormente Denominada Mobly S.A.)**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.553.627/0001-01 (“**Debêntures**”, “**Emissão**” e “**Companhia**”, respectivamente), nos termos da cláusula décima do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, do Grupo Toky S.A. (atual denominação da Mobly S.A.)*”, celebrado em 30 de dezembro de 2024, entre a Companhia e o **DFS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**, fundo de investimento, devidamente constituído e existente sob as leis do Brasil, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.544.204/0001-73, representado por sua gestora, **SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda.**, sociedade limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732, 21º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.632.282/0001-01, conforme aditado de tempos em tempos (“**Escritura de Emissão**”), convocados para se reunirem em assembleia geral de Debenturistas (“**AGD**”), a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota, em primeira convocação**, no dia 24 de novembro de 2025, às 14h00, por meio da plataforma Teams (“**Plataforma**”), que será considerada como realizada na sede da Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias (“**Ordem do Dia**”), nos termos da Escritura de Emissão: **1.** aprovação do desdobramento das Debêntures na proporção de 1 (uma) Debêntures para 100 (cem) Debêntures da mesma espécie e série única, sem alteração do Valor Total da Emissão (“**Desdobramento**”); **2.** caso aprovada a matéria prevista no item 1 desta Ordem do Dia, aprovação do desmembramento das Debêntures de série única para 2 (duas) séries, após do Desdobramento das Debêntures, sendo que a partir da referida aprovação, a Emissão passará a ter 2 (duas) séries (“**Desmembramento**”); e **3.** caso aprovadas as matérias previstas nos itens 1 e 2 desta Ordem do Dia, aprovação da reformulação da Escritura de Emissão, de forma a refletir o Desmembramento, bem como outros ajustes, conforme versão consolidada da Escritura de Emissão, constante do Anexo I à Proposta da Administração, divulgada nesta data pela Companhia; e **4.** autorização à Companhia para realizar todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens 1 a 3 desta Ordem do Dia. **Informações Gerais:** Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão participar da AGD de forma remota através da plataforma digital acima indicada, observando o disposto no artigo 71 Resolução CVM 81: **(a) Participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista ou por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgante e do outorgado; e **(b) Demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de ato societário que comprove a representação legal do debenturista e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração, acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identificação do debenturista e do outorgado. Os documentos para representação e participação na AGD deverão ser encaminhados previamente à Companhia por e-mail, para ri@moby.com.br, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da AGD, sendo admitido até o horário da AGD. A AGD será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução CVM 81, cujo acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail, para ri@moby.com.br, com, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da AGD, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. **Instruções de Voto a Distância:** Os Debenturistas poderão exercer seu direito de voto de forma eletrônica por meio do preenchimento e envio, à Companhia no e-mail ri@moby.com.br, de boletim de voto a distância, conforme modelo a ser disponibilizado nas respectivas páginas da Companhia (<https://investors.grupotoky.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (<https://b3.com.br>), na rede mundial de computadores (“**Boletim de Voto a Distância**”). Para que o Boletim de Voto a Distância seja considerado válido, é imprescindível: **I.** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e **II.** a assinatura ao final do Boletim de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. O Boletim de Voto a Distância deverá ser assinado, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverá ser enviada preferencialmente em até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da AGD, juntamente com os documentos listados acima, aos cuidados da Companhia, para o e-mail ri@moby.com.br. Os Debenturistas que fizerem o envio do Boletim de Voto a Distância mencionado acima e este for considerado válido, não precisarão acessar o *link* para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio do Boletim de Voto a Distância de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada o Boletim de Voto a Distância anteriormente enviado. Os termos em letras maiúsculas que não se encontram aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à AGD. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas da Companhia (<https://investors.grupotoky.com.br/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (<https://b3.com.br>) na rede mundial de computadores. São Paulo, 3 de novembro de 2025. **Grupo Toky S.A.** (03, 04 e 05/11/2025)

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 | Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 4 de dezembro de 2025

Convocamos os senhores acionistas da **Grupo Toky S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2546-1 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**”), a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital “Ten Meetings” (“**Plataforma Digital**”), sendo admitido, ainda, o envio de boletins de voto à distância (“**Boletins de Voto**”), em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 4 de dezembro de 2025, às 10:00 horas (“**Assembleia Geral**”), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alteração do artigo 6º, *caput*, do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), a fim de aumentar o limite de capital autorizado, com a sua consequente consolidação; e (ii) ratificação da eleição dos Srs. Leonardo Gasparin e Márcio Barreira Campello como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, sendo admitido, ainda, o envio de Boletim de Voto. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81. *Participação por meio da Plataforma Digital* <https://assembleia.ten.com.br/977337329>. Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o *website* <<https://assembleia.ten.com.br/977337329>>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, **com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 2 de dezembro de 2025, inclusive)** (“**Cadastro**”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (a) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“**Escriturador**”) ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) *para acionista pessoa física:* cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) *para acionista pessoa jurídica:* cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade do representante legal do acionista ou do procurador do acionista, conforme o caso; e (3) *para acionista fundo de investimento:* cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento ou do seu procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por seu representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do *website* <<https://assembleia.ten.com.br/977337329>>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do *link* enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <ri@moby.com.br>, até as 18:00 horas do dia 3 de dezembro de 2025, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. *Participação por meio de Boletim de Voto:* Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções descritas na Proposta da Administração, os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia Geral por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, (i) diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, mediante a realização do Cadastro; (ii) ao Escriturador, caso as ações não estejam depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”); (iii) caso as ações estejam depositadas na B3, às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações; ou (iv) caso as ações estejam depositadas na B3, à Central Depositária da B3. **Em qualquer das hipóteses acima, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral (isto é, até o dia 30 de novembro de 2025). Eventuais Boletins de Voto recepcionados após a data acima indicada serão desconsiderados. Documentos à Disposição dos Acionistas.** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos *websites* da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Tendo em vista que, no âmbito da Assembleia Geral, será ratificada a eleição de apenas 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia, exclusivamente em decorrência de renúncia divulgada pela Companhia em 11 de agosto de 2025, a Companhia informa que não serão aplicáveis à Assembleia Geral as disposições relativas à adoção do processo de voto múltiplo. São Paulo, 3 de novembro de 2025. **Marcelo Rodrigues Marques – Presidente do Conselho de Administração.** (03, 04 e 05/11/2025)

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,3837 / R\$ 5,3843 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,3780 / R\$ 5,3800 *

Turismo - R\$ 5,4023 /

R\$ 5,5823

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: +0,01%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: +0,51%

Pontos: 149.540

Volume financeiro:

R\$ 24,878 bilhões

Maiores altas: Minerva

ON (+3,76%), Auren ON

(+3,39%), Natura ON

(+3,21%)

Maiores baixas: Mar-

copolo ON (-10,54%),

Telefônica ON (-5,99%),

TIM ON (-2,76%)

S&P 500 (Nova York):

+0,26%

Dow Jones (Nova York):

+0,08%

Nasdaq (Nova York):

+0,61%

CAC 40 (Paris): -0,44%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,67%

Financial 100 (Lon-

dres): +1,65%

Nikkei 225 (Tóquio):

+2,12%

Hang Seng (Hong

Kong): -1,43%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,81%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,47%

Merval (Buenos Aires):

+7,49%

IPC (México): -0,19%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Setembro 2024: 0,44%

Outubro 2024: 0,56%

Novembro 2024: 0,39%

Dezembro 2024: 0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Mai 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

DATA MERCANTIL

Sempre atualizando suas informações e mantendo com transparência, segurança e qualidade.

datamercantil.com.br



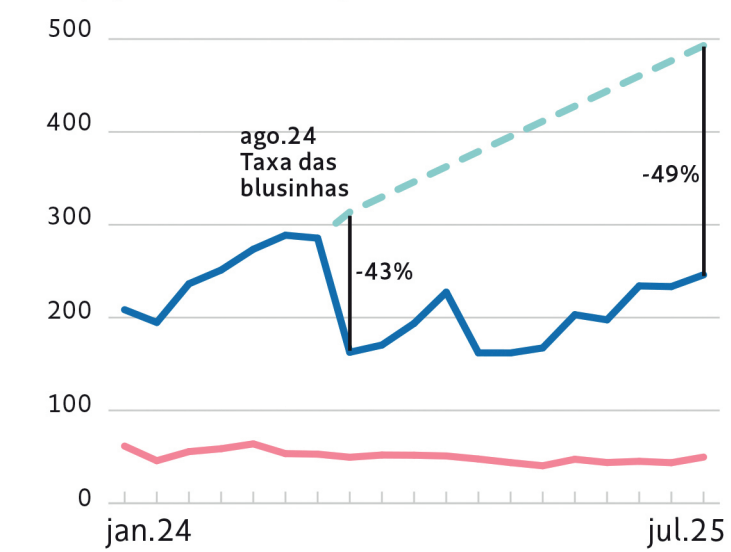
GRÁFICOS INFORMATIVOS

Sem o efeito esperado

Taxa da blusinha derrubou importações

Importações mensais por tipo de remessa (2024-2025), em US\$ milhões

- Valor das importações por Remessa Conforme
- Valor das importações fora do Remessa Conforme
- Projeção das importações por Remessa Conforme



Prejudicou os mais pobres

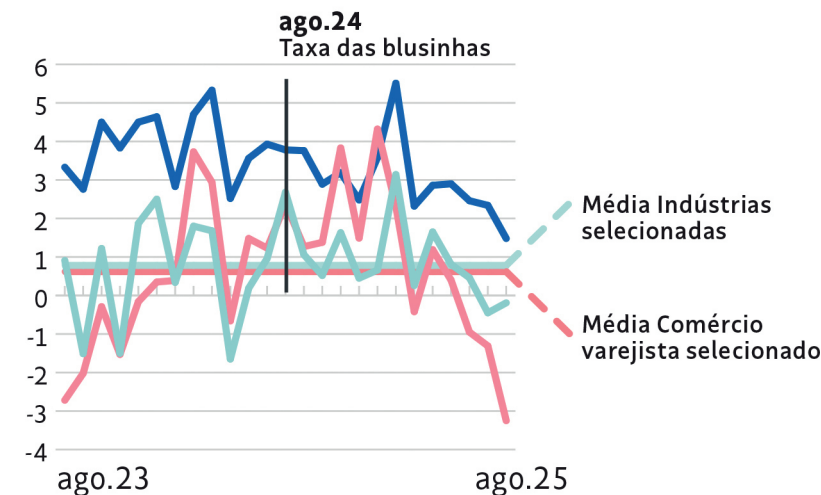
Quanto a taxa da blusinha representa da renda, em %



Não elevou emprego

Evolução da taxa de crescimento do emprego nas atividades selecionadas (2024-2025), em %

- Total Brasil
- Indústrias selecionadas
- Comércio varejista selecionado



Fontes: IBGE, Receita Federal e Instituto CDE /Elaboração LCA Consultoria Econômica

Nova linha de crédito imobiliário - IPCA

BC propõe reformulação que pode reduzir oscilação no valor das prestações ao longo do contrato

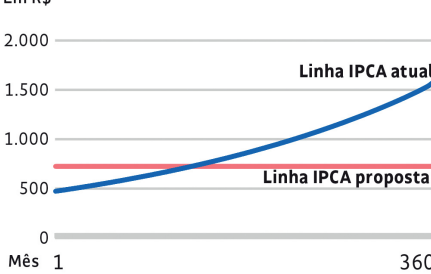
Sobre as simulações

Consideram um financiamento de imóvel no valor de R\$ 100 mil por 30 anos, taxa real de juros de 4% ao ano, além da correção pelo IPCA (4% ao ano em média). No sistema atual, a correção pelo IPCA é incorporada ao longo do contrato, o que leva a um aumento significativo da parcela. No sistema proposto, o contrato incorpora desde o início um adicional, que tem o papel de antecipar ao menos parte do comportamento esperado da inflação. Na simulação, esse adicional é de 4% ao ano.

Tabela Price

Sistema no qual a prestação é fixa* e a amortização varia, sendo menor nas primeiras parcelas e maior ao final do contrato

Valor da prestação



Saldo devedor

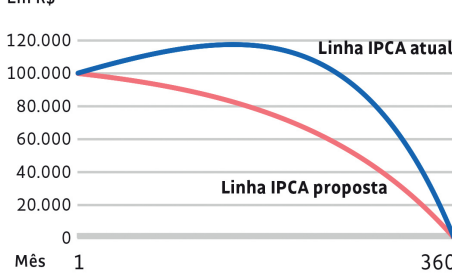
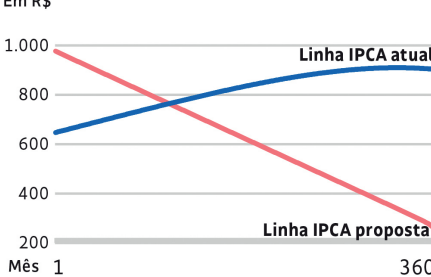


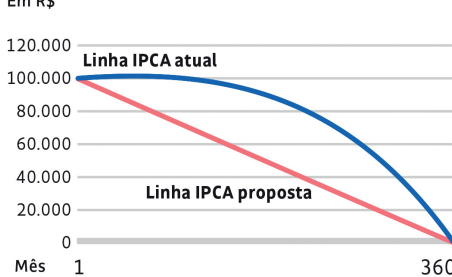
Tabela SAC

Sistema no qual a amortização é fixa e os juros são decrescentes, conforme o saldo devedor do contrato

Valor da prestação



Saldo devedor



E se a inflação for menor ou maior do que o adicional de amortização?

Se a inflação for menor, o valor da prestação cai ao longo do tempo, em vez de subir como ocorreria no método atual da linha IPCA

Simulação considera IPCA observado de 3% ao ano, ante um adicional de amortização de 4% ao ano; valores em R\$

Tabela Price

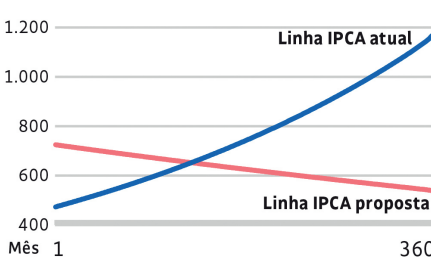
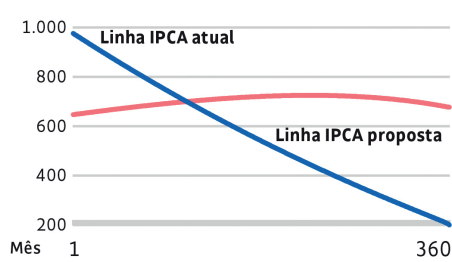


Tabela SAC



Se a inflação for maior, o valor da prestação sobe menos ao longo do tempo

Simulação considera IPCA observado de 7% ao ano, ante um adicional de amortização de 4% ao ano; valores em R\$

Tabela Price

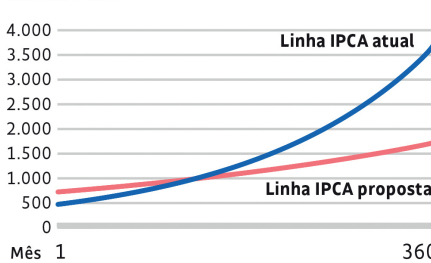
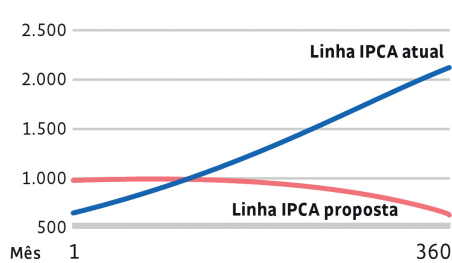


Tabela SAC



Como ficaria o novo modelo comparado à linha mais usada hoje (TR + taxa fixa)?

Simulação mostra o comportamento das prestações de um contrato de janeiro de 1999, com duração de 25 anos Na linha IPCA, adotou-se juro de 4,5% ao ano e adicional de amortização de 5,33% ao ano (inflação média do período); na linha TR, o juro foi de 9,5% ao ano; valores em R\$

Tabela Price

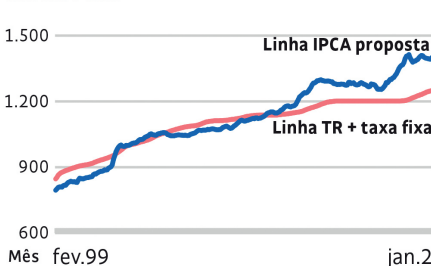
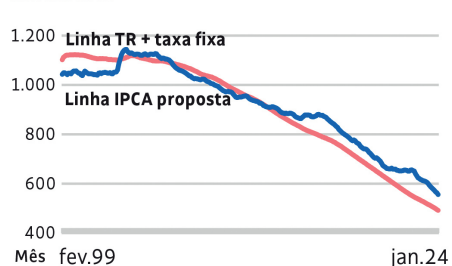


Tabela SAC



* A parcela é fixa, mas, na linha IPCA que existe atualmente, ainda pode haver incorporação do fator correção monetária por isso há aumento. Fonte: Banco Central

NEGÓCIOS

Keeta, maior app de comida do mundo, começa a operar em fase de testes no Brasil



A Keeta, maior empresa de delivery do mundo, começou a operar no Brasil em fase de testes nesta quinta-feira (30), nas cidades de Santos e São Vicente, litoral Sul de São Paulo. A principal estratégia do aplicativo para atrair clientes é o ressarcimento por pedidos que não foram entregues no horário previsto.

A intenção com o projeto-piloto é mapear o comportamento de consumidores, restaurantes e entregadores com a plataforma. A empresa faz parte do grupo Meituan, chinesa que tem 770 milhões de clientes no mundo, e foi aberta em 2022 para se tornar a representação

internacional do grupo.

Os investimentos no Brasil devem chegar a R\$ 5,6 bilhões até 2030, e o próximo foco de atuação é a cidade de São Paulo, ainda sem data para receber o app. A intenção é que as operações na capital paulista comecem até o final do ano ou no início de 2026.

Segundo a companhia, em Santos, já são mais de 2.000 motoentregadores cadastrados e mil restaurantes, incluindo redes conhecidas como Sodiê, The Coffee, Seven Kings, Mania de Churrasco, KFC, Jah Açaí, Hey Burger, Chef Rangel, Dona Nice Steakhouse e Bardega Pizzaria.

A principal aposta é na promoção chamada de horário garantido. Ao fazer

o pedido, será informada ao consumidor a estimativa de entrega. Se não chegar na hora, haverá uma compensação com base no tempo adicional de espera.

O cliente recebe um cupom adicionado em até 24 horas ao perfil, válido por sete dias, que pode ser usado até três vezes por dia. O valor de cada um deles é de R\$ 50.

Para calcular o tempo necessário, assim como as outras empresas, o app utiliza IA (Inteligência Artificial) para otimizar rotas e pedidos, e rastreia 99% das entregas. Será oferecido ainda cupons de boas-vindas de até R\$ 100, e descontos de até 60% nos pedidos.

Latam reforça malha internacional para 2026 e mira retorno ao Oriente Médio

A Latam vai reforçar sua malha internacional em 2026, com aumento de cerca de 6% na oferta para a América do Norte e a Europa, na comparação entre agosto de 2026 e igual mês de 2025. A companhia também estuda retomar voos para o Oriente Médio, região que deixou de atender durante a pandemia.

“Iniciamos uma avaliação profunda de operação para um destino do Oriente Médio, que potencializaria nosso alcance na Ásia reforçando nossa rede internacional”, afirma a diretora de Vendas e Marketing da Latam Brasil, Aline Mafrá.

A companhia, contudo, não divulgou qual será o destino selecionado para o possível retorno à região. Antes da pandemia, a Latam operava voos para Tel-Aviv, em Israel, mas não necessariamente essa será a cidade escolhida.

Em paralelo, a companhia aérea está focada

também em estudos de viabilidade para novos destinos na Europa e África, ainda de acordo com Mafrá.

No mercado internacional, a Latam opera voos próprios do Brasil para 90 destinos no exterior, projetando crescimento de até 11% na oferta internacional. Entre as novidades, estão as rotas Fortaleza-Lisboa, Rio-Buenos Aires e Porto Alegre-Buenos Aires, assim como Florianópolis-Lima e Guarulhos-Córdoba.

A Latam planeja aumentar suas operações partindo de São Paulo/Guarulhos para a América do Norte no próximo ano. A partir de junho de 2026, a rota para Orlando terá 14 frequências semanais. No mesmo mês os voos para Los Angeles ganharão uma frequência, totalizando cinco semanais, enquanto Miami terá 15 frequências semanais. Já a ligação com Boston contará com quatro frequências semanais a partir de maio.

IstoÉDinheiro



Folhapress

Gerdau vê operações no Brasil operando no vermelho, mas mostra otimismo sobre 2026



O presidente-executivo da Gerdau, Gustavo Werneck, afirmou nesta sexta-feira, 31, que “boa parte” das operações de produção de aço da empresa no Brasil estão mostrando prejuízo, pressionadas por importações elevadas.

Mas, diferente de comentários feitos meses atrás, o executivo se mostrou mais otimista durante entrevista a jornalistas nesta manhã, com as perspectivas de ações mais concretas do governo federal para conter o fluxo de material que tem chegado ao país, principalmente da China.

“Demora demais a aplicar medidas antidumping, mas temos visto progresso e é uma das possibilidades que enxergamos como mais

concretas”, disse o executivo.

Segundo o vice-presidente financeiro da Gerdau, Rafael Japur, a empresa tem visto “de forma concreta” trabalho de técnicos do governo buscando as empresas siderúrgicas do país para avaliar os dados do setor.

“Efetivamente está havendo um avanço do corpo técnico”, disse Japur, acrescentando que as duas principais investigações para a Gerdau – envolvendo fio máquina e bobinas a quente – devem ter decisões de aplicação de antidumping “em meados do final” do segundo trimestre de 2026.

Segundo Werneck, a empresa ainda não conseguiu operar a plena capacidade o novo laminador de bobinas a quente instalado na usina de Ouro Branco (MG) por

causa de importações elevadas do produto no Brasil.

A Gerdau inaugurou o equipamento com capacidade de 250 mil toneladas por ano em março deste ano, após investimento de R\$1,5 bilhão.

Werneck afirmou que a previsão de importações de aço no Brasil este ano atinge um volume de 6 milhões de toneladas, suficiente para quase 30% da demanda brasileira pela liga.

O executivo comentou a analistas que caso as expectativas de medidas mais duras de defesa comercial pelo governo brasileiro não sejam cumpridas, a Gerdau precisará “acelerar as medidas de transformação e rever nossas rotas de produção” no país.

IstoÉDinheiro